

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

1 Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos, 2 remotamente, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da 3 Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), sob a presidência da reitora, 4 Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, para deliberar sobre a pauta da oitava reunião 5 ordinária de dois mil e vinte. Estiveram presentes os Pró-Reitores: Pró-Reitoria de Extensão e 6 Cultura (PROEC): Paulo Gustavo da Silva; Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD): Sueldes 7 de Araújo; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG): Débora Andréa 8 Evangelista; os Conselheiros representantes docentes: Centro de Ciências Agrárias (CCA): 9 José Torres Filho; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS): Lívio Carvalho de 10 Figueiredo; Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN): Rafael Castelo Guedes Martins; 11 Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH): Ângelo Magalhães Silva; Centro 12 de Engenharias (CE): Manoel Quirino da Silva Junior; Centro Multidisciplinar de Angicos 13 (CMA): Francisco Edcarlos Alves Leite; Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): Simone 14 Maria da Rocha; Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF): Ricardo Paulo Fonseca 15 Melo; Representante técnico-administrativo: Lissandro Arielle Vale Batista; Representantes 16 discentes: Gustavo Giuseppe Medeiros Cavalcante e Silva, Anne Janaina Toscano dos 17 Santos Silva e lanara Maressa Macedo da Rocha. Conselheiros com faltas justificadas: 18 Hudson Pacheco Pinheiro. PAUTA: Primeiro ponto: Apreciação e deliberação sobre a atas da 19 sétima reunião ordinária e segunda reunião extraordinária de dois mil e vinte. Segundo ponto: 20 Apreciação e deliberação sobre renovação de afastamento. Terceiro ponto: Apreciação e 21 homologação sobre designação pela Reitora ad referendum do CONSEPE, a renovação de 22 afastamento do servidor docente Kléber Cavalcanti Cabral. Quarto ponto: Apreciação e 23 emissão de parecer ao Consuni sobre processo de redistribuição. Quinto ponto: Apreciação e 24 deliberação sobre os Programas Gerais de Componentes Curriculares (PGCC'S) dos campi 25 Angicos, Mossoró e Caraúbas, conforme parecer encaminhado via memorando eletrônico 26 número cento e setenta e quatro de dois mil e vinte (PROGRAD). Sexto ponto: Apreciação e 27 deliberação sobre minuta de resolução que altera o artigo décimo, inciso II, parágrafo segundo 28 da resolução CONSEPE/UFERSA número um de dois mil e dezenove. Sétimo ponto: Outras 29 ocorrências. Tendo constado o quórum legal, a presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho 30 Serafim de Oliveira, declarou aberta a reunião e apresentou a justificativa de ausência, que foi 31 votada e aprovada por unanimidade. Em seguida, fez a leitura da pauta e a colocou em 32 discussão. O conselheiro Manoel Quirino da Silva Junior fez um encaminhamento do CE



33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

acerca da solicitação de retirada do ponto seis para que o mesmo fosse reencaminhado para emendas conforme o prazo de dez dias estabelecido em resolução. O conselheiro Lívio Carvalho de Figueiredo endossou o pedido de retirada do ponto seis para que este retornasse aos centros para proposições de emendas, já que não houve a discussão correta acerca do mesmo. O conselheiro Sueldes de Araújo solicitou, também, a retirada do ponto seis, haja vista que o mesmo não havia sido discutido nas bases. A conselheira Débora Andréa Evangelista defendeu que o ponto seis fosse mantido na pauta, já que não existiria problema em realizar a discussão acerca da minuta de alteração da carga horária docente na presente reunião. O conselheiro Francisco Edcarlos Alves Leite perguntou qual seria o procedimento caso o documento fosse retirado de pauta. A presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, disse que se o ponto fosse retirado de pauta, ele retornaria para discussão nas bases e posteriormente voltaria ao Conselho para apreciação. O conselheiro Ângelo Magalhães Silva defendeu a permanência do ponto seis na pauta, já que o mesmo fortalecia as funções jurídicas e, também, as necessidades de um planejamento. Salientou, ainda, o momento de se iniciar o debate conforme a legislação. O conselheiro Ricardo Paulo Fonseca Melo declarou o voto do CMPF contrário à minuta e falou, também, acerca da disparidade referente à distribuição de carga horária docente dentro da universidade. Enfatizou, também, a necessidade de discussão de critérios de distribuição do código de vaga. O conselheiro Lívio Carvalho de Figueiredo falou acerca da ausência de critérios para distribuição de carga horária docente e enfatizou a necessidade de uma maior discussão acerca do ponto. A conselheira Débora Andréa Evangelista disse que, caso a minuta fosse aprovada, não significaria que o debate seria encerrado. Falou, ainda, acerca dos critérios de distribuição de carga horária de cada departamento. A conselheira Simone Maria da Rocha externou o posicionamento do CMC favorável à continuidade do ponto. A conselheira enfatizou, também, a necessidade da não criação de embates referentes aos atuantes da graduação e pós-graduação. Após discussões, a proposta do conselheiro Manoel Quirino da Silva Junior foi votada e reprovada por nove votos contrários e seis votos favoráveis. Em seguida, a pauta foi votada e aprovada por unanimidade. PRIMEIRO PONTO. Sem discussões, a ata da sétima reunião ordinária de dois mil e vinte foi votada e aprovada, sem emendas, por unanimidade. A ata da segunda reunião extraordinária de dois mil e vinte foi votada e aprovada, também, sem emendas, por unanimidade. Todas as correções propostas pelos conselheiros foram realizadas nas referidas atas conforme estabelecido no parágrafo segundo, do artigo oitavo da resolução número onze de dois mil e dezessete do Consuni. SEGUNDO PONTO. O ponto não gerou discussões e foi votado e aprovado por unanimidade. TERCEIRO PONTO. A presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, colocou o ponto em discussão. O conselheiro Manoel Quirino da Silva Junior externou o posicionamento contrário de seu



69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

conselho de centro, em função do entendimento acerca de que o afastamento iria de encontro à resolução CONSUNI/UFERSA número três de dois mil e dezoito e ao decreto nove mil novecentos e noventa e um. A conselheira Simone Maria da Rocha externou o posicionamento contrário do CMC, pois o mesmo havia entendido que o referido afastamento feria a resolução vigente. O conselheiro Ângelo Magalhães Silva perguntou em que o ad referendum feria as resoluções vigentes. O conselheiro Manoel Quirino da Silva Junior falou acerca do prazo máximo para afastamento a nível de estágio pós-doutoral estabelecido na resolução CONSUNI/UFERSA número três de dois mil e dezoito e no decreto nove mil novecentos e noventa e um, que seria de até no máximo doze meses. O conselheiro Francisco Edcarlos Alves Leite falou sobre o parecer do Procurador Federal da universidade autorizando o prazo da renovação de afastamento em função do período pandêmico. A presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, leu o parecer da procuradoria e salientou que o mesmo havia sido acatado. Após discussões, o ponto foi votado e aprovado por quatorze votos favoráveis, dois votos contrários e uma abstenção. QUARTO PONTO. A presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, colocou o ponto em discussão. O conselheiro Francisco Edcarlos Alves Leite disse que o conselho de centro de Angicos havia aprovado o processo, porém na condição de que o código de vaga pudesse ser remetido ao campus Angicos, na mesma área de atuação. Caso não fosse possível, o centro se posicionaria contrário à redistribuição. O conselheiro Lívio Carvalho de Figueiredo perguntou como seria solucionado o problema atual acerca da impossibilidade de realização de concursos, já que iria ficar uma vaga em aberta. O conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins disse que não caberia ao Conselho deliberar acerca da possível vinculação do código de vaga. O conselheiro Francisco Edcarlos Alves Leite falou acerca da defasagem de códigos de vagas do Centro Multidisciplinar de Angicos. A presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, falou acerca dos códigos de vagas da universidade e salientou que não seria prudência vincular o referido código de vaga ao Centro Multidisciplinar de Angicos, haja vista que a proposição não estava no ponto. O conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins salientou que, de acordo com o regimento, não caberia ao CONSEPE deliberar sobre códigos de vaga de uma unidade para outra. A presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, enfatizou que, de acordo com o regimento, quem aprovaria o processo de redistribuição de vagas seria o CONSUNI e o CONSEPE apenas emitiria o parecer. O conselheiro Francisco Edcarlos Alves Leite fez o sequinte encaminhamento: Que o código de vaga remetido pela Universidade Federal da Paraíba (UFBP), devido à redistribuição do professor Daniel Faustino, fosse remetido para o Centro Multidisciplinar de Angicos. Após discussões, o ponto foi votado e aprovado por quatorze votos favoráveis e quatro abstenções. Em seguida, o encaminhamento do conselheiro Francisco



105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

Edcarlos Alves Leite foi votado e reprovado por três votos contrários, um voto favorável e quatorze abstenções. O conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins sugeriu que se constasse no parecer favorável ao código de vaga enviado ao CONSUNI a deliberação feita na reunião. QUINTO PONTO. A presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, colocou o ponto em discussão. O conselheiro Lissandro Arielle Vale Batista solicitou a retirada dos seguintes códigos, haja vista que os mesmos já haviam sido aprovados: Logística e Gestão na Rede de Suprimentos II, Mecânicas das Estruturas I, Modelagem Probabilística e Simulação de Sistemas de Produção, Saneamento e, por fim, Tratamento de Água e Esgoto. Após discussões o ponto foi votado e aprovado por dezesseis votos favoráveis e uma abstenção. SEXTO PONTO. A presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, colocou o ponto em discussão. O relator da minuta, o conselheiro Manoel Quirino da Silva Junior falou acerca da sugestão de alteração da resolução vigente do CONSEPE que possibilitava o mínimo de carga horária no ensino de graduação. Enfatizou, ainda, que a distribuição de carga horária era feita por aprovação em assembleia departamental. Em seguida, votou favorável ao texto da minuta sem alterações. O conselheiro Ângelo Magalhães Silva perguntou se a relatoria feria a lei maior. O relator da minuta, o conselheiro Manoel Quirino da Silva Junior explicou que o que estava sendo proposto nessa minuta de alteração seria que dentre as oito horas mínimas, fossem obrigatórias quatro horas no ensino da graduação e as outras quatro horas restantes poderiam ser desempenhadas no ensino da pósgraduação. Enfatizou, ainda, que as legislações vigentes do país não obrigavam que as oito horas mínimas obrigatórias para o ensino fossem desempenhadas exclusivamente na graduação. A conselheira Débora Andréa Evangelista salientou a necessidade de que fossem estabelecidas políticas para a pós-graduação. Enfatizou o crescimento da pós-graduação na universidade e a importância da possibilidade de redução de carga horária. Falou, também, acerca do Seminário de Iniciação Científica (SEMIC) que possuía o intuito de valorizar o aluno de graduação que desempenhava pesquisas. O conselheiro Ricardo Paulo Fonseca Melo perguntou qual seria o critério para que fosse solicitado o quantitativo de professores dentro dos centros. Enfatizou, ainda, a necessidade da discussão acerca da distribuição de vagas. A presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, disse que o referido critério ainda havia sido definido, mas que a gestão estava trabalhando diuturnamente para que a questão fosse resolvida. O conselheiro Ângelo Magalhães Silva salientou que os critérios deveriam partir de um amplo debate dos departamentos. Propôs, ainda, que o debate fosse encaminhado para discussão nas bases, onde o critério deveria ser pensado. Salientou, também, que a autonomia primária da universidade consistia nos departamentos e assembleias. O conselheiro Sueldes de Araújo salientou a necessidade de que a graduação fosse pensada de forma planejada e qualificada. Enfatizou, ainda, a importância da pós-



141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

graduação para a sustentação do tripé ensino-pesquisa-extensão. Falou, também, acerca da ausência de uma melhor fundamentação do pedido e do relatório. A conselheira Simone Maria da Rocha propôs, caso retornasse aos departamentos, que a discussão começasse pelos critérios que cada departamento iria eleger. Esclareceu, também, que a carga horária dos professores da graduação não estava sendo diminuída, o que estava acontecendo era o reconhecimento da possibilidade dos professores que trabalham na pós-graduação terem melhores condições de trabalho. O conselheiro Lívio Carvalho de Figueiredo salientou que a discussão deveria ser devolvida para as bases. A conselheira Débora Andréa Evangelista reforçou a não obrigatoriedade da redução da carga horária e sim a possibilidade dessa. Salientou, ainda, a necessidade de consolidação da pós-graduação na universidade. Após discussões, o voto do relator, o conselheiro Manoel Quirino da Silva Junior, foi votado e aprovado por nove votos favoráveis, cinco votos contrários e uma abstenção. O conselheiro Lívio Carvalho de Figueiredo declarou sua abstenção, já que o CCBS havia identificado que não existiu tempo suficiente para discussão do ponto. O conselheiro Francisco Edcarlos Alves Leite declarou seu voto contrário, já que o Conselho de Centro de Angicos havia entendido a não adequação do ponto devido à preocupação das ausências de docentes no campus Angicos. SÉTIMO PONTO (OUTRAS OCORRÊNCIAS). O conselheiro Manoel Quirino da Silva Junior solicitou, em nome do Centro de Engenharias, que as convocações do CONSEPE fossem enviadas com pelo menos uma semana de antecedência aos conselheiros. Pediu, ainda, que a PROGRAD fizesse um esclarecimento oficializando dúvidas acerca da Resolução CONSEPE/UFERSA número três de dois mil e vinte, sobre o tempo mínimo de horas para a avaliação. O conselheiro Ricardo Paulo Fonseca Melo solicitou esclarecimentos acerca de disciplinas que estavam com divergências nas ementas. Falou, também, acerca da instabilidade do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Perguntou, por fim, se existia alguma avaliação sendo feita para retomada de dois mil e vinte ponto dois. A presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, disse, com relação à retomada de dois mil e vinte ponto dois, que a PROGRAD faria uma reunião para realizar possíveis encaminhamentos. Salientou, também, que a gestão estava trabalhando para resolver o problema da instabilidade do SIGAA. A conselheira Simone Maria da Rocha perguntou se existiria uma previsão para a liberação dos demais módulos do SIGAA. A presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, disse que a gestão estava trabalhando para realizar a viabilização dos referidos módulos. A conselheira Débora Andréa Evangelista falou acerca das inovações e premiações do SEMIC. O conselheiro Sueldes de Araújo comunicou a realização do fórum de coordenadores de curso. Solicitou, ainda, que possíveis reclamações ou questionamentos fossem enviados através de meios oficiais. Por fim, enfatizou que o calendário acadêmico do semestre de dois mil e vinte ponto dois seria discutido



TT	brevemente. O conselheiro Gustavo Giuseppe Medeiros Cavalcante e Silva disse que
78	alguns professores estavam colocando um prazo abaixo de oito horas para as avaliações. A
79	presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, disse que o transporte para
80	a Fazenda Experimental Rafael Fernandes havia sido reativado. Falou, também, acerca do
81	retorno gradual, de forma cautelosa, das atividades da universidade. Salientou, ainda, que
82	ficaria registrado a execução da gestão na placa de obras que estavam em andamento. Nada
83	mais havendo a discutir, a presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira
84	agradeceu a presença de todos os conselheiros e deu por encerrada a reunião. E eu, Cibelle
85	dos Santos Carlos Amorim, Secretária ad hoc dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata
86	que após lida e aprovada sem emendas, na reunião do dia dezesseis de novembro de dois mi
87	e vinte, segue assinada pelo presidente em exercício do CONSUNI, pelos demais conselheiros
88	presentes a esta reunião e por mim. Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
89	Presidente:
90	Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira
91	Pró-Reitores:
92	PROEC: Paulo Gustavo da Silva
93	PROGRAD: Sueldes de Araújo
94	PROPPG: Débora Andréa Evangelista
95	Centro de Ciências Agrarias – CCA:
96	José Torres Filho
97	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS:
98	Lívio Carvalho de Figueiredo
99	Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN:
200	Rafael Castelo Guedes Martins
201	Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas – CCSAH:
202	Ângelo Magalhães Silva
203	Centro de Engenharias – CE:
204	Manoel Quirino da Silva Junior
205	Centro Multidisciplinar de Angicos – CMA:
206	Francisco Edcarlos Alves Leite
207	Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC:
208	Simone Maria da Rocha
209	Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros - CMPF:
210	Ricardo Paulo Fonseca Melo
211	Representante técnico-administrativo:
12	Lissandro Arielle Vale Ratista



213	Representante discentes:
214	Gustavo Giuseppe Medeiros Cavalcante e Silva
215	Anne Janaina Toscano dos Santos Silva
216	lanara Maressa Macedo da Rocha
217	Secretária ad hoc dos Órgãos Colegiados:
218	Cibelle dos Santos Carlos Amorim